

A história da colônia Ijuhy: a acusação de alcoólico como uma forma de preconceito

Alison Droppa¹

Resumo: o artigo aborda o processo de estabelecimento da colônia Ijuhy no noroeste do estado do Rio Grande do Sul no final do século XIX e início do XX. Foram pesquisados documentos da intendência municipal e processos criminais, sendo possível perceber uma diversidade de situações conflituosas em que o consumo de bebidas alcoólicas constava como um dos principais elementos. Sendo possível perceber que o ato de beber possuía diversos significados: associado a um desvio moral do indivíduo, a momentos festivos ligados ao lazer, ou ainda representavam uma forma de fugir de punições. Por fim, a acusação alcoólica era utilizada como uma forma de acusação e exclusão majoritariamente povos indígenas, caboclos e afro-brasileiros considerados como inferiores ao colono europeu.

Palavras-chave: história. colonização. bebidas alcoólicas.

O artigo aborda a temática do consumo de bebidas alcoólicas e as diversas formas de ver o consumo de bebidas alcoólicas em um cenário de diversidade étnica da colônia Ijuhy. A colônia Ijuhy corresponde a uma região de colonização tardia no estado do Rio Grande do Sul, no final do século XIX e início do século XX, que até o final do século XIX, não havia recebido muita atenção das autoridades brasileiras. Nela habitavam, além de fazendeiros brancos oriundos de São Paulo e Paraná, índios, negros e missionários.

Neste cenário criou-se a rotulação a partir da qual os brasileiros pobres eram considerados “arcaicos” e incapazes de gerarem o desenvolvimento. O que contribuiu para justificar a implementação de um projeto colonizador centrado no incentivo à instalação de migrantes das colônias velhas e imigrantes europeus e, portanto de exclusão dos brasileiros “pobres”.²

A colônia Ijuhy situada no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, chegaram europeus de diversas etnias e nacionalidades que passaram a conviver com os grupos que já moravam na região. Por muito tempo, foi mantida a versão histórica de que este processo aconteceu sem conflitos, explicação histórica baseada em dois principais argumentos: primeiro omitia a existência de moradores no local utilizado para criação da colônia Ijuhy, os colonos europeus teriam desbravado uma região desconhecida,

¹ Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas/ UNICAMP (2015). Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2009). Licenciado em História pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2005). Foi bolsista de mestrado pela CAPES e de doutorado pelo CNPq e pela FAPESP. Foi editor da Revista História Social UNICAMP. Tem experiência na área de História com ênfase em História Social e Econômica, História regional, trabalhando com processos criminais e processos trabalhistas por meio de abordagens quantitativas e qualitativas

² Zarth.

cercada de mata fechada e o segundo que os imigrantes eram todos ordeiros e trabalhadores.

A presente reflexão analisa os conflitos e a presença de diversos grupos étnicos em situações de consumo de bebidas alcoólicas. As fontes estudadas permitem compreender a centralidade do consumo de bebidas alcoólicas e sua associação entre criminalidade e busca dar voz aquelas pessoas ausência nas grandes narrativas.

A questão dos Populares na História

A preocupação das elites brasileiras em relação ao comportamento dos setores “de baixo” é algo constante no século XIX. Essa singularidade diz respeito ao encaminhamento da libertação dos escravos à construção da nacionalidade brasileira, principalmente em relação ao final do século, momento em que as mesmas elites se vêem cercadas por reconhecida convulsão social. Dessa percepção de convulsão social fez parte do imaginário de que os pobres e negros eram um perigo à ordem social. Esse processo histórico culminou na abolição, no ano de 1888, mas não seria o fim das restrições sofridas tanto pelas classes pobres brasileiras como pelos negros libertos. Em outras palavras, os pobres continuaram sendo vistos como perigosos³.

Na produção historiográfica brasileira é possível listar uma infinidade de análises incidentes sobre a repressão aos populares no período do final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Dentre esses, destaco o livro, já clássico, do historiador Sidney Chalhaub (1986), Trabalho, Lar e Botequim, em que o autor descreve o cotidiano dos populares do Rio de Janeiro no início do século, demonstrando também a preocupação das autoridades de monitorar os setores populares. E no mesmo sentido do parágrafo anterior, não poderia deixar de lado o trabalho do historiador Paulo Roberto Staudt Moreira, Entre o Deboche e a Rapina (1993), um dos primeiros estudos em relação ao tema de repressão aos populares do Rio Grande do Sul.

Os estudos em relação à temática do preconceito das autoridades frente aos populares, ou melhor, sobre o preconceito das elites sobre os populares, portanto não são novos. A novidade é a compreensão de modos como a repressão aos populares se desenvolveu em áreas tidas como não desenvolvida no final do século XIX e início XX.

³ A discussão em relação à conquista da liberdade por meio de ações judiciais, por fugas e por estratégias familiares, pode ser aprofundada com o texto de Maria Helena Pereira Toledo Machado, O plano e o pânico: movimentos sociais na década da abolição. Neste livro a autora analisa como o anti-escravismo contribuiu para a concretização da libertação, mas fica claro principalmente como as elites brasileiras estavam preocupadas com a questão.

Ou seja, o objetivo é focalizar uma área periférica, que, por muitos anos, não gerou interesse em ser intensivamente explorada. Essa situação irá se alterar ao final do século XIX, até que a região deixa de ser uma fronteira agrária na segunda metade do século XX.

Ao direcionar o olhar para a historiografia clássica sobre a colonização do Rio Grande do Sul,⁴ a primeira percepção é que o processo de exploração na região do planalto do Estado teria ocorrido de forma “harmônica”. O governo estadual, em especial no período deste estudo (1890- 1920), buscou delimitar a ausência de qualquer conflito social⁵. Essa abordagem, de certa forma míope, uma das primeiras críticas foi dirigida pelo trabalho do historiador Paulo Afonso Zarth (1997). O autor relatou o preconceito sofrido pelos indivíduos reconhecidos como lavradores nacionais, frente aos projetos de colonização das áreas de mata. Além disso, ressaltou a existência de conflitos sociais na região, especialmente entre os nacionais e os imigrantes que passaram a ocupar os espaços já utilizados. Essa circunstância histórica conflituosa estava mais presente ao final do século XIX e início do século XX.

O conceito de região utilizado neste trabalho se aproxima das noções do conceito desenvolvidas por Susana Bandieri (2005) e pelo historiador Paulo Afonso Zarth (1997) são fundamentais para compreender a região do ponto de vista histórico, tal como concebidas por Marc Bloch (2001)⁶. Segundo Bandieri, a região do norte da patagônica se desenvolveu ao longo do século XIX e início do século XX, com base na produção, transformação e consumo de determinado produto, no caso o gado, dinamizava a produção de carne para o lado chileno, exportada via Oceano Pacífico até às minas da Califórnia.

Na região de Ijuhy a erva mate e o gado eram os produtos que delimitavam a região. A erva mate era produzida, transformada e consumida na região, o excedente era

⁴ Pode-se citar alguns exemplos como as obras de Jean Roche: A colonização alemã no Rio Grande do Sul; o de Leo Waibel: Capítulos de geografia tropical e do Brasil; e mesmo de Jorge Salis Goulart: A formação do Rio Grande do Sul. A obra destes autores de certa forma diminuía a participação dos grupos sociais pobres que viviam nas regiões de colonização, além disso, ignoram o conflito social e a violência cotidiana entre os grupos imigrantes e os grupos nacionais.

⁵ O trabalho de César Augusto Bulbolz Queirós, O governo do Partido Republicano Rio Grandense e a questão social (1895-1919) aborda como o governo Rio grandense buscou encobrir a existência de conflitos no Estado, dizendo- se guardião da ordem.

⁶ Marc Bloch certamente é o historiador fundamental para entender o conceito de região. Para o citado autor, “a noção de região é essencialmente relativa”. Sendo que, “o historiador não tem que usar quadros administrativos anacrônicos; cabe a ele fazer-se, delimitar, cada vez, sua região, regulando-se sobre as condições do tempo estudado”. Ou seja, é o historiador com suas fontes e perguntas que faz a região. BLOCH, Marc. A terra e seus homens: agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Bauru: EDUSC, 2001, p. 202-203.

vendido via porto de Itaqui para Argentina, Uruguai, Paraguai e mesmo para outras províncias como Paraná, via rio Paraná. Já o gado, segundo o mesmo autor, era "auto-transportado" para as feiras de Sorocaba, em São Paulo (ZARTH, 1997, p.2).

O planalto ainda era delimitado com a província de Santa Catarina e com a República da Argentina. Segundo Zarth (1997), as áreas próximas ao rio Uruguai tinham uma população bastante dispersa, não havendo intenção por parte da elite de ligar, em termos econômicos, a referida região com o centro econômico do estado, composto por estâncias de charque no sul do estado do Rio Grande do Sul.

Figura 1- Identificação da Região Missioneira



Fonte: Google Earth, 13 de dezembro de 2009.

A referida região seria descrita de formas diferentes durante o século XIX, dependendo da fonte tomada como referência. Um estudo recente em relação à nomenclaturas da região em que está inserida a colônia Ijuhy é a do historiador Marcio Both da Silva (2004), que salienta que que era conhecida como serrana, missões, ou mesmo em cima da serra. Um dos pontos fundamentais em relação aos habitantes da região serrana é a presença de indígenas e do tipo humano diferenciado, o serrano ou missioneiro, estabelecido na região por uma miscigenação entre índios, negros e brancos. Outros grupos correspondiam aos negros, que vieram para a região como parte

da mão de obra das fazendas, e uma elite formada por migrantes estabelecidos na região no decorrer do século XX, por meio de expedições oriundas de São Paulo e Paraná.

Ainda em relação ao espaço de fronteira a região se constituiu por meio da existência das relações estabelecidas entre seus habitantes (Silva, 2009). O relato do médico Francisco de Assis Pereira de Noronha (1887) é um importante exemplo para verificar a visão da elite regional em relação a essas populações. Ao descrever os missionários, Noronha os chama de vagabundos, mas também relata a importância destes indivíduos como mão de obra das fazendas de gado

Nas cercanias do lado brasileiro foram estabelecidas uma série de colônias, povoadas por imigrantes europeus e por migrantes oriundos das colônias velhas. Segundo Silva (2008), o município de Cruz Alta era o mais antigo da região, sendo que os demais municípios se emancipariam a partir dele. Dentro deste processo de criação de colônias no final do século XIX, a primeira delas foi a colônia Ijuhy. No lado Argentino, no mesmo período, também foram estabelecidas colônias com imigrantes europeus, como descreve Belastegui (2008), por meio de projetos muito semelhantes ao modelo de colonização implantado no Brasil. A exceção no caso argentino foi o incentivo também em relação à vinda de brasileiros e paraguaios, o que determina características muito peculiares à região de misiones na Argentina.

A Modernização seletiva: os incapazes de transformar o arcaico no moderno.

Como destacam vários estudos à ocupação dos espaços de fronteira no estado do Rio Grande do Sul, tidos como vazios do ponto de vista demográfico já estavam ocupados. Essa ocupação era feita essencialmente por descendentes de índios, negros libertos e portugueses que vieram de outras regiões. Um exemplo dessa dinâmica de povoamento é a cidade de Cruz Alta. Segundo Castro (1887), a população de Cruz Alta em 1887 era composta por descendentes de paulistas, de índios e de negros escravos.

Ao consultar os processos criminais disponíveis no Arquivo Público do Rio Grande do Sul é possível confirmar a existência de uma diversidade étnica na região, em especial no período posterior à imigração, em que se estabeleceram 19 etnias na colônia Ijuhy. A tarefa de identificação dos imigrantes, até certo ponto é menos complexa: idioma diferenciado, traços culturais e as localidades onde foram alocados ou mesmo pelo nome da família. Com os grupos sociais que viviam na região anteriormente à formação da colônia, a tarefa se torna mais difícil.

Dentre os grupos sociais que viviam na região anteriormente ao processo de colonização oficial, destacam as comunidades indígenas, primeiros habitantes da região, mas também importante base social para construção do universo cultural. Ao descrever as atividades produtivas, Saint Hilaire (1974) ao percorrer o Rio Grande do Sul no século XIX relata a presença indígena trabalhando na extração da erva mate dos vales das matas dos rios Ijuizinho e Ijuí-grande. A erva mate conforme evidencia Zarth (1997), foi um importante produto na economia local dos municípios que formavam a região norte do Rio Grande do Sul.

A existência de escravos em áreas de colonização até pouco tempo era minimizada (2006)⁷, nas interpretações históricas, os colonos não utilizavam mão de obra escrava, trabalhando em regime familiar. Segundo relatos⁸ a presença de negros na sociedade era explicada pela migração durante o processo de industrialização, ocorrido durante a década de 1930. A notícia descritiva de Castro (1887) também minimizava a presença de negros escravos, dizendo que o número se limitaria ao máximo a 60 escravos que deixariam de existir em poucos anos devido às leis em vigor⁹.

As informações históricas em relação à utilização da mão de obra escrava na região missioneira podem ter origem em três hipóteses plausíveis: a primeira é a utilização de escravos nos constantes combates militares da região; outra seria a vinda de escravos durante a instalação de migrantes vindos de São Paulo e do Paraná, já que segundo o mesmo Saint Hilaire (1974), seriam constantes as fugas de migrantes portugueses de São Paulo e do Paraná para a região das missões, com o intuito de fugir dos serviços militares da coroa brasileira, possivelmente também trazendo escravos. A terceira hipótese em relação à escravidão é a evolução material dos fazendeiros, o que possibilitou a compra de escravos para trabalharem na pecuária e mesmo nas lavouras.

A ideia de harmonia racial, em especial em relação ao negro, parece ter sido uma preocupação da elite local durante toda a primeira metade do século XX, evidenciada em artigos de jornais e produções locais proponentes do mesmo ideal. Um bom exemplo que vai ao encontro dessa preocupação é um álbum comemorativo aos 50 anos

⁷ O livro de Vinicius Pereira de Oliveira demonstra criticamente como a questão da escravidão em áreas de colonização alemã foi tratada pela historiografia. Segundo Oliveira (2006) três argumentos permearam a justificativa em relação a inexistência da escravidão em terras de colonização, o primeiro se relacionará ao tamanho das propriedades e utilização apenas de mão de obra familiar, uma segunda justificativa seria a moral de dedicação ao Trabalho dos imigrantes alemães, o que não permitiria a utilização de escravos e por último a existência de leis que proibiam a posse de escravos por estrangeiros.

⁸ Brum, Argemiro Jacob, 1990.

⁹ Outro interessante trabalho recente em relação a presença do Trabalho escravo na região é a dissertação de mestrado de Thiago Leitão de Araújo defendida em 2008 na UFRGS.

de Ijuhy. Neste referido álbum, as autoridades locais buscaram, por meio de indivíduos que representassem suas etnias, um relato de como era harmoniosa a vida em Ijuhy. Nesta fonte, também está presente um negro, que ao relatar a sua história de vida, permite algumas considerações muito importantes.

O indivíduo negro é denominado de Congo e coloca em dúvida a ideia de que em Ijuhy somente haviam negros após a Primeira Guerra Mundial. Congo relata que vivia em uma fazenda e que, após a libertação dos escravos, veio trabalhar na limpeza de uma picada (possivelmente Picada Conceição). Também põe em dúvida a questão da harmonia social, pois mesmo não realizando nenhuma crítica em relação ao preconceito racial, pelo contrário, relata que a vida era muito boa, deixa transparecer no pequeno texto de uma página a ideia do tratamento dado aos negros na colônia Ijuhy. Para ilustrar a contestação o entrevistador conclui dizendo que teve que ir embora, pois dava para ver os traços de embriaguez em seu entrevistado. Congo foi o último entrevistado da revista, com um espaço muito menor daquele destinado ao colonos “desbravadores” e além disso, foi desqualificado como bêbado.

A ausência de conflitos existia somente na teoria. Na prática o lugar atribuído pela sociedade da colônia Ijuhy aos negros era inferior ao dos imigrantes brancos. Para pensar o caso do negro Congo, utilizo-me também das ideias de Chalhoub (2003), que relata, na introdução de “Visões da Liberdade”, que o historiador deve ter um pouco de Zadig o sábio da Babilônia; ou seja: “analisar diferentes vestígios, procurando relacioná-los entre si”.

A inexistência de um projeto de desenvolvimento social pensando na inclusão de indivíduos como Congo, nos moldes dos benefícios distribuídos aos imigrantes, conduz a forte hipótese de que a vida por ele ilustrada não era muito diferente daquela vida de outros negros de outros lugares do Brasil. Claro que a vida de um negro no interior do Rio Grande do Sul, no início do século XX, é diferente em vários aspectos da vida de um negro que vivia no Rio de Janeiro ou em um centro desenvolvido, mas a forma como o preconceito era expresso revela escala semelhante ou mesmo mais acentuada.

Dos elementos sociais representados no parágrafo anterior acrescidos do elemento branco, surge outra categoria social, específica da região missioneira, expressa em diversas fontes históricas, mas aparecendo com diferentes nomes: o caboclo, o missioneiro, o nacional, o brasileiro, o lavrador ou mesmo o intruso. Esse sistema classificatório é de extrema complexidade, pois como esses mestiços não deixaram registros escritos diretos sobre si mesmos, eles são confundidos, muitas vezes, com o

elemento indígena, com o negro, ou mesmo com o branco. Nas fontes disponíveis sobre a região, diversos estudos¹⁰ não chegam a um ponto convergente em relação à nomenclatura destes grupos, mas nos ajudam a entender que se tratam dos mesmos indivíduos.

Os relatórios encaminhados pelo Departamento de Colonização e Terras salientam a existência de um tipo social classificado de nacional. Os relatórios encaminhados pela câmara municipal de Cruz Alta ao governo do Estado do Rio Grande do Sul reconhecem esses como os intrusos. Nos processos criminais existem referências ao lavrador brasileiro. Mesmo aparecendo de diversas formas frente às fontes, o certo é que estes indivíduos diferenciados em relação ao indígena e ao negro viviam naquele espaço. Eram pequenos posseiros que viviam na região anteriormente ao projeto de colonização, e são integrados a este trabalho em acordo com a denominação que aparece nas fontes.

A dissertação de Silva (2004), intitulada “Por uma lógica camponesa”, descreve o modo de vida do grupo, chamado pelo autor de caboclo do estado do Rio Grande do Sul. Esse trabalho contribui para descrever com mais propriedade quem são esses indivíduos. O autor descreve quem seriam estes indivíduos que viviam na região onde seria implementada a colônia Ijuhy, chamando-os de camponeses ou de caboclos, caracterizados principalmente por um modo de vida peculiar, produzindo por meio de roças de subsistência e principalmente da extração da erva mate.

Silva (2004) baseando-se em Ivaldo Gehelen destaca o caráter sociológico do termo caboclo. Nesta perspectiva, o termo é tradicionalmente usado para designar algo negativo, um mestiço que ficaria no meio termo, nem índio, nem negro e muito menos branco. Um dos primeiros trabalhos que criticou a desvalorização do caboclo no Rio Grande do Sul, já citado Zarth (1997). O autor realiza uma crítica ao clássico trabalho de Leo Waibel (1979), em que o termo caboclo foi usado para caracterizar certa degradação dos imigrantes alemães, ao se apropriarem de elementos de modos de vida de sujeitos nativos no seu cotidiano; ou seja os alemães teriam se acaboclado.

Um dos primeiros pesquisadores a destacar o sentido cultural da palavra “caboclo” foi o antropólogo Emilio Willems (1979), no trabalho “A Aculturação dos alemães no Brasil”. Segundo o autor, o processo de adaptação, relacionado ao meio físico e econômico, forçava os imigrantes a substituir elementos anteriores da sua cultura. As transformações culturais aconteciam principalmente no campo tecnológico,

¹⁰ Zarth, Paulo, 1997; 2002 e Silva, Marcio, 2004; 2008.

afetando os padrões alimentares, de habitação, indumentários, de cultivo de lavouras, criação e o transporte.

O termo aculturação¹¹ é passível de críticas, mas serve para demonstrar o caráter pejorativo atribuído aos elementos da cultura nativa. Willems (1979) salienta que o processo de “aculturação” não se desenvolveu harmoniosamente, havendo muitos conflitos entre os imigrantes e os nativos. Como exemplo, o autor analisa o caso dos imigrantes alemães que, mesmo fazendo uso dos elementos culturais dos nativos brasileiros, se referiram aos caboclos como uma raça inferior à deles.

Nos parágrafos anteriores, tentei demonstrar que a dificuldade da caracterização do caboclo, frente aos demais sujeitos sociais, fundamenta-se no fato de que o próprio termo surge em oposição a uma cultura considerada superior pelas elites locais, neste caso, a cultura do imigrante. Ou seja, o caboclo e a cultura cabocla seriam compostos pelo ponto de vista elitista, por características negativas, tais como vagabundagem, produção limitada à subsistência e à prática social de bebedeiras, dentre outras.

Sobre a classificação de bêbado, o trabalho de Delma Pessanha Neves (2001) corrobora a presente análise. Para a autora, a adoção do termo faz com que o consumo de bebidas deixe de ser visto pela sociedade pelo viés de um ato social, e passe a ser visto somente por meio de um ato individual, do estar bêbado. Ao descrever a sociedade ocidental, Fernando Braudel (1995) chamava atenção para o consumo de bebidas alcoólicas, ressaltando a sua importância cultural e comercial.

Seguindo os passos de Neves (2001), em uma perspectiva antropológica, o ato de beber ou de consumir bebidas alcoólicas é algo intrínseco às sociedades, mas, em muitas análises, são postos de lado para dar vazão a um repertório de acusações, com intenção de produzir uma acusação. Essa forma de ver a acusação de estar por ser bêbado, no caso dos grupos sociais que viviam na área da colônia Ijuhy, pode ser relacionados ao objetivo de desclassificar socialmente estes indivíduos. É possível então afirmar que, mesmo os indivíduos que não bebem bebidas alcoólicas, podem ter sido acusados de ser bêbados, se pertencessem a um determinado enquadramento social caracterizado pela elite regional como desregrados.

Nesse sentido, os argumentos utilizados para atribuir aos habitantes da região da mata missioneira o caráter de atraso, que “não sabiam cultivar a terra”, que eram

¹¹ Penso que o termo aculturação é passível de críticas, principalmente quando leva-se em consideração que o processo de troca culturais pelos grupos acontece numa perspectiva de resignificação dos elementos de cada grupo envolvido.

“ladrões, vagabundos e preguiçosos” semelhantes ao utilizados por Noronha (1887), é possível delimitar o que Howard Becker (1963) chamou de desviante, ou seja, aquele que não se enquadra nas regras sociais estabelecidas pelo grupo social dominante. No caso da região, os setores elitistas ligados a fazendas de criação de gado. Nesta direção, há ainda o clássico trabalho de Joseph R. Gusfield (1963), em que analisa o movimento antialcoólico norte americano na primeira metade do século XX, desenvolvido principalmente por ligas religiosas, em que um determinado padrão cultural, como era o ato de beber, foi relacionado como um ato extremamente negativo. Mesmo não havendo no Brasil um movimento nos moldes norte americanos contra o consumo de álcool, é possível perceber na documentação, a constante perseguição fundamentada no combate ao ato de beber, relacionando esse ato a ações negativas que poderiam desviar os indivíduos do caminho do bem.

Ao pesquisar os processos crimes da colônia Ijuhy do período de 1890 a 1920, uma das primeiras constatações foi da existência de importantes conflitos étnicos na colônia Ijuhy, bem como disputas cotidianas entre os diferentes indivíduos, assim como narrada por Weber (2004) para a cidade de Ijuí. A segunda constatação foi à existência de um grande número de conflitos envolvendo o consumo de bebidas alcoólicas explicitados sob as mais diversas formas.

Uma terceira constatação era que havia diferenças no conteúdo dos processos que envolviam o consumo de bebidas alcoólicas. Podendo variar da acusação de “bêbado” como uma forma de desqualificação étnica, profissional, de gênero ou mesmo para fugir da responsabilidade de um crime. Nos processos criminais constam casos em que os réus diziam ter consumido grande quantidade de bebidas, ficando evidente que buscavam certo abrandamento da culpa ou dar uma explicação que aquele determinado ato não fazia parte de sua personalidade.

Outra constatação importante dizia respeito aos locais de consumo de bebidas. em um primeiro momento os conflitos aconteciam nas propriedades dos próprios envolvidos, em pequenas vendas ao longo das picadas ou em bailes. Em um segundo período, principalmente após 1920, o ato de consumir bebidas alcoólicas passou a acontecer em ambientes mais urbanos: em vias públicas ou em regiões em regiões da cidade que as autoridades locais classificavam como de conflito ou mesmo em casas de meretrizes.

De posse destas informações, focalizou-se o primeiro período, relacionado de 1890, data de início do processo de criação da colônia Ijuhy, a 1920, momento em que,

além de haver a alteração no conteúdo dos processos crimes, também ocorreu a ampliação da migração do interior da colônia para a cidade Weber (2004). Durante a realização da pesquisa ocorreram diversas decepções: a descoberta que a Delegacia de Polícia de Ijuí e os documentos do período do estudo foram todos queimados em um incêndio na década de 1970 é um exemplo das dificuldades enfrentadas. Mas também ocorreram boas descobertas: os relatórios da comissão de terras da colônia Ijuhy e os relatórios da intendência municipal permitiram a realização de importantes leituras sobre o cotidiano dos habitantes da colônia e suas relações.

As ligações do poder local, representado na pessoa do Coronel Antonio Soares de Barros, com os demais poderes regionais e estaduais também é algo constante nos relatórios, especialmente quando se tem presente a manutenção da ordem. O relatório de 1912 demonstra essas ligações por meio de agradecimentos prestados pelo “empréstimo de policiais”. O documento aponta as preocupações do governo do Estado do Rio Grande do Sul em relação ao policiamento de regiões consideradas periféricas.¹²

Ao pesquisar as páginas dos jornais locais foi possível perceber um grande volume de conflitos na colônia Ijuhy. O Jornal O Ijuhyense¹³ de 21 de Dezembro de 1913, criticou o trabalho do juiz Doutor João Baptista Gonçalves, que teria permitido o acúmulo de processos em detrimento da comarca e sempre manteve o trabalho em dia além até a posse do referido juiz. A intenção da notícia certamente era criticar o trabalho do magistrado em exercício em relação ao anterior, mas nas entre linhas permite constatar a possibilidade de um aumento no número de conflitos, com a hipótese de que por trás desta ampliação estejam vários fatores.

Entre os fatores o provável aumento no consumo de bebidas alcoólicas, conforme dados da produção de aguardente.¹⁴ Deve-se mencionar também, que conforme documentos da comissão terras, da intendência municipal e do governo do estado, passou a ser necessário a maior repressão e o controle em relação aos locais destinados a ingestão do produto, normalmente com o argumento de desordem provocadas por grupos estabelecidos na região antes do processo de colonização.

Em relação à repreensão policial na colônia, certamente o relato do padre Cuber¹⁵ é de grande importância. Cuber narrou os excessos no consumo de bebidas

¹² Essa afirmação é fundamentada no ofício nº 2979 de 15 de dezembro de 1897 que ampliava em 20 praças o destacamento do município de Cruz Alta, ao qual, a colônia Ijuhy pertenceu até 1912.

¹³ Disponível digitalizado no Museu Antropológico Diretor Pestana.

¹⁴ Weber, Regina, 1997.

¹⁵ Marques, Mario Osório, 2002.

alcoólicas e as confusões produzidas pelos sujeitos, mas principalmente os excessos cometidos pelas autoridades, que segundo ele chegavam ao ponto de amarrar os bêbados em praça pública sob sol forte. A versão histórica dominante insistiu em classificar os “brasileiros” pobres com a rotulação de “vagabundos” e “bêbados”. Os processos crimes consultados revelam que não eram somente os brasileiros pobres que acabavam se envolvendo em confusões, atividades ilícitas ou consumo bebidas, os imigrantes considerados ordeiros ou detentores de um espírito de progresso, diversas vezes figuravam nas páginas policiais.

O processo crime envolvendo Chistovão Barbosa¹⁶ (lavrador, 40 anos, viúvo, analfabeto, natural de Cruz Alta) é um importante exemplo de utilização da acusação do consumo de bebidas alcoólicas para desqualificar um brasileiro. Neste crime, o nacional Chistovão é acusado de matar um alemão, alegando legítima defesa. O crime aconteceu em uma serraria na localidade de Picada Conceição, interior da colônia Ijuhy. No local trabalhavam o acusado, a vítima e mais três imigrantes alemães. Além da presença de bebidas alcoólicas, a forte divisão entre estrangeiros e brasileiros é incluída como um dos principais motivos do conflito.

O dia 29 de janeiro de 1911 começou como qualquer outro para Barbosa: acordou às seis horas da manhã, tomou um mate, como era de costume da população local, deslocou se para a oficina (serraria) onde trabalhava desde 1909. A oficina pertencia ao imigrante José Hickenbick, estabelecido na colônia Ijuhy em 1887. Para implantar o seu negócio, certamente contou com os conhecimentos de Barbosa (nascido nos matos da região em 1876). O estabelecimento de Hickenbick prosperou nos anos seguintes, tanto que contratou novos empregados, trazendo até mesmo parentes da Europa.

A vítima era um dos novos empregados, primo do dono do estabelecimento. Havia chegado à colônia Ijuhy em 1910 e trabalhava nos serviços de serragem de madeiras e em outras atividades. O período dos três meses que antecederam o crime parece ter sido de certo conflito do ponto de vista de Barbosa. Isso não significa que houvesse brigas diárias entre os funcionários, mas sim mal estar, retratado na fala do acusado, de que os sujeitos que recém tinham chegado já queriam mandar.

Em seu depoimento Barbosa deixou claro que existia um sentimento de superioridade dos imigrantes frente a ele, por ser brasileiro, negro e pobre. Mas a situação era abrandada pela rotina incessante de trabalho. Barbosa trabalhava de forma

¹⁶ Comarca do Município de Cruz Alta - Processo Crime- nº126- Maço 4- 1911 - Fundo Ijuí- APERS.

exemplar, principalmente para demonstrar que era homem famigerado: evitava consumir bebidas alcoólicas, permanecia no local de trabalho apenas o tempo suficiente para desempenhar suas atividades. Em outras palavras aceitava as regras sociais, mas tinha consciência de que era discriminado pelos outros empregados.

A discriminação sofrida por Barbosa, certamente estava relacionada à escravidão que de certa forma ainda se fazia presente, por um lado, sujeitos como ele sabiam que deviam demonstrar e provar que eram capazes de trabalhar em uma rotina exploradora de labor, ou melhor dizendo, uma rotina de trabalho capitalista. Por outro lado, o imigrante sabia que podia explorar o fato de o negro querer demonstrar a qualidade de seu trabalho.

Na prática, todo o esforço desempenhado por Barbosa para provar que era tão bom quanto os demais empregados, parecia não ser suficiente para alcançar o conceito que desejava por parte de seu chefe. O dia do evento foi o ápice de um processo que se iniciou com a chegada dos novos funcionários. A tarefa do acusado era cortar árvores nas matas do rio Conceição e puxá-las para a empresa de Hickenbick. Não havia horário de trabalho determinado: ele chegava ao raiar do sol, dirigia-se para o mato, retornava à oficina no final da tarde e direcionava-se para sua casa (que ficava próxima à oficina) quando já era noite. Nos autos do processo não constam reclamações do trabalho fatigante por parte de Barbosa. Pelo contrário, fica claro que o réu mostrava-se satisfeito com suas tarefas ou pelo menos queria demonstrar isso as autoridades. O problema era o relacionamento com os “colegas” de trabalho recém chegados, todos de origem alemã.

Segundo depoimento do acusado além de demonstrarem “ar de superioridade”, queriam mandar. No dia do crime, Barbosa trabalhou o tempo todo, das seis da manhã até às sete da noite. Voltou do mato para a oficina e encontrou os demais funcionários sentados e tomando cachaça. Desde o primeiro depoimento ficou evidente a sua reprovação ao consumo de bebidas alcoólicas no local de trabalho. Essa seria uma das afirmações constantes no decorrer de todo o processo. Após entrar no local de trabalho e ver os alemães “enchendo a cara”, Barbosa foi até seu chefe e pediu para ir para casa.

O senhor José Hickenbick deu autorização para ele ir para casa, com a ressalva de que deveria limpar o ambiente antes de se retirar. Com as informações disponíveis no processo, não é possível afirmar qual foi a atitude do réu frente à solicitação do proprietário, consta apenas que ele foi até o local onde estavam os demais funcionários e pediu ao “colega de trabalho” Gross para lhe ajudar na tarefa.

A solicitação foi recebida de forma negativa e com muita “gozação” pelo grupo de alemães, possivelmente encontravam-se em estado de embriaguez. Naquele instante Barbosa foi até o dono da Oficina e solicitou “suas contas”. Ao receber a solicitação José Hickenbick foi até os demais funcionários e relatou o que estava acontecendo.

Os alemães bêbados, ao saberem das queixas de Barbosa, ficaram muito zangados e o teriam espancado: um segurava e outro batia. Apesar de não termos informações sobre o porte físico de Barbosa, devido aos registros de óbito é possível verificar que a vítima era um homem forte, provavelmente como os demais sujeitos presentes. Durante a agressão os demais empregados teriam gritado: “quem tu pensa que é para ir reclamar ao patrão”, e continuavam a bater. Em um dos instantes de folga da agressão, a vítima, que iria virar réu (Barbosa) pegou um facão que trazia consigo e acertou em um dos funcionários, antes de sair correndo para encontrar o inspetor de quarteirão e solicitar ajuda. Ao invés de ajuda recebeu voz de prisão por flagrante de homicídio. A prisão, neste caso, pode ser analisada como mais um indício do preconceito, pois sendo os demais envolvidos imigrantes e brancos o único culpado, naturalmente, seria o negro. O auto de flagrante de delito foi lavrado com a data do mesmo dia do crime, apesar de as evidências do processo (o período do crime, o local do crime, a distância da vila) levarem à conclusão de que o documento foi produzido no dia posterior.

O relatório do delegado encaminhado à promotoria de justiça acusou o réu de assassinato, além de trazer detalhes importantes sobre a prisão. Segundo consta, após ter conseguido se desvencilhar dos agressores e ter dado a facada na vítima, Barbosa foi pedir ajuda na casa de um vizinho de nome Carlos Viecili. Segundo o delegado foi o próprio dono da serraria José Hickenbick, quem mandou prender o réu. Outro detalhe importante do conflito foi que os demais funcionários da serraria “presentes na hora do crime”, perceberam que a vítima estava ferida apenas algum tempo depois. Ou seja, possivelmente souberam que a vítima foi ferida porque o réu contou ao vizinho.

Os funcionários que foram testemunhas no crime disseram que não viram os ferimentos da vítima, porque já era tarde, e estava escuro no local. O fato de as testemunhas estarem bebendo junto com a vítima aparece no relatório do delegado como algo normal, algo do cotidiano da sociabilidade dos trabalhadores no caso, trabalhadores alemães. De acordo com o documento produzido pelo delegado, eles estavam sentados em um banco, conversando e tomando cachaça. Ou seja, a conotação do consumo de bebidas muda no decorrer do processo. O relatório é concluído como os

demais, considerando que a verdade “sem tirar nem por” estivesse no corpo daquela lauda: “Eis a narração exacta do que se deu conforme testemunhas e réo”.

O julgamento contou com o depoimento do réu e mais seis testemunhas. As testemunhas foram, na seguinte ordem: o dono da serraria, um alemão de origem francesa, o irmão do patrão (que também trabalhava na serraria), o vizinho da oficina no qual o réu procurou ajuda após o evento, outro vizinho, um sujeito que ouviu falar do caso, e um dos trabalhadores que estava no local do crime. A fase de argumentação foi encerrada com as considerações do advogado de defesa do réu, explicitando que os brasileiros residentes na colônia Ijuhy, por serem minoria se viam perseguidos pelos estrangeiros. Por se tratar de uma tentativa de absolver seu cliente, a argumentação de perseguição étnica deve ser relativizada, mesmo assim é mais um elemento para demonstrar como se estabeleceram as relações entre aqueles que já habitavam a região onde foi instalada a colônia Ijuhy antes da sua formação e os que chegaram posteriormente.

Considerações finais

O espaço social em que foi implantado o projeto colonizador chamado colônia Ijuhy sofreu consideráveis transformações no período de 1890 a 1920. A principal delas foi a introdução de famílias de migrantes oriundos das chamadas colônias velhas e de imigrantes europeus nos espaços já ocupados por outros grupos o que acabou gerando conflitos.

Estes conflitos podem ser chamados também de “estranhamentos”, pois as diferenças culturais e as formas de entender a interação social eram diferentes entre esses grupos. Os estranhamentos muitas vezes levaram a manifestações violentas, registradas nos relatórios da intendência municipal e nos processos crimes. Ao consultar as fontes utilizadas na pesquisa percebe-se que a alternativa adotada pelas autoridades regionais de implementar um projeto colonizador com grupos “de fora”, não foi um modelo isolado. Esse modelo havia sido utilizado em outras regiões do Brasil e mesmo em outros países, como é o caso da Argentina.

Uma importante constatação em relação ao próprio tema do consumo de bebidas alcoólicas foi o de explicitar algumas regras pré-estabelecidas entre os diversos grupos consumidores. Também é possível perceber que as relações e as regras estabelecidas pelos grupos não são imutáveis e podem receber pequenos ou grandes “arranjos”, no decorrer do que Gilberto Velho conceituou de “política do cotidiano”.

Referencial bibliográfico

- BANDIERI, Susana. **História de la Patagônia**. Buenos Aires. Sudamericana, 2005.
- BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In.: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.
- BECKER, Howard S. **Outsiders**: studies in the sociology of deviance. New York: Free Press. 1963.
- BECKER, Ítala. **O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul**. São Leopoldo: UNISINOS, 1995.
- BELASTEGUI, Horacio. M. **Los colonos de Misiones**. Posadas: Editorial Universitaria Universidad Nacional de Misiones, 2004.
- BRAUDEL, Fernand. **Civilização Material, Economia e Capitalismo Séculos XV-XVIII**: as estruturas do cotidiano. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BRUM, Argemiro. **A história da picada conceição**: barreiro. Ijuí: UNIJUI, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. **O Conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais**. Disponível em: <http://iframe.trt4.jus.br/portalttr/htm/memorial/index.htm>. Acesso em: 10/10/2008.
- _____. **Visões da Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- _____. **Trabalho, lar e botequim**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- CUBER, Antoni. **Nas Margens do Uruguai**. Ijuí: UNIJUI, 2002.
- FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, Borgismo e Cooptação Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- LAZZAROTTO, Danilo. **História de Ijuí**. Ijuí: UNIJUI, 2002.
- MARQUES, Mario Osorio. **Uma cultura diversificada**. Ijuí: UNIJUI, 2002.
- MOREIRA, Paulo Stuaht Moreira. **Entre o Deboche e a Rapina**: os cenários sociais da criminalidade popular em Porto Alegre (1868/1888). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.
- NEVES, Delma Pessanha. **O consumo de bebidas alcoólicas**: prescrições sociais. BIB, São Paulo, nº55, 1º semestre de 2003, p. 73-98.
- QUEIRÓS, César Augusto Bulbolz. **O governo do Partido Republicano Rio-grandense e a questão social (1895-1919)**. Dissertação. (Mestrado em História) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Globo, vols. I e II, 1969.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: Itatiaia Editora, 1974.

SHARP, Jim. **A história vista de baixo**. P.39. In.: Peter Burke (Org.). *A escrita da história novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Marcio Both. **Por uma Lógica Camponesa: caboclos e imigrantes na formação do agro do planalto rio-grandense – 1850-1900**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

_____. **BABEL DO NOVO MUNDO: povoamento e vida rural de matas do Rio Grande do Sul (1889-1925)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

VELHO, Gilberto. **Desvio e Divergência: uma crítica a da patologia social**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro. 6ª Edição, 1985.

ZARTH, Paulo Afonso. **A história do planalto gaúcho**. Ijuí: UNIJUI, 1997.

_____. **Do Arcaico ao Moderno**. Ijuí: UNIJUI, 2002.

WAIBEL, Leo. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

WEBER, Regina. **Os inícios de industrialização em Ijuí**. Ijuí: UNIJUI, 1987.

_____. **Os Operários e a Colméia: trabalho e etnicidade no sul do Brasil**. Ijuí: UNIJUI, 2002.

WILLEMS, Emilio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo/Brasília: Ed. Nacional/INL, 1980.

Articulo recebido: 2 de mayo de 2016

Articulo aprobado: Julio 2016

Articulo publicado: Diciembre de 2016